

Atos Oficiais

DECRETO Nº 7.156, DE 30 DE ABRIL DE 2021.

Dispõe sobre a criação e estruturação do órgão denominado - Coordenadoria de Gestão e Arrecadação Fiscal – COGEAFI e dá outras providências.

CLÓVIS VOLPI, Prefeito do Município de Ribeirão Pires, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º Este decreto cria e estrutura o grupo Coordenadoria de Gestão e Arrecadação Fiscal (COGEAFI), subordinado ao Secretário de Assuntos Jurídicos e ao Secretário de Finanças, com a finalidade de coordenar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento de medidas voltadas ao aperfeiçoamento das capacidades normativa, organizacional, operacional e tecnológica da Administração e Gestão Tributária Municipal.

Art. 2º A COGEAFI, como responsável pela coordenação das ações modernizadoras na Área de Administração e Gestão Fiscal Tributária, terá as seguintes atribuições:

I - Identificar as causas e selecionar os principais problemas existentes na Administração e Gestão Tributária do Município, que vêm limitando a exploração eficiente do seu potencial de receita, nas seguintes áreas e suas interseções:

- a) Organização e Gestão;
- b) Legislação Tributária;
- c) Cadastros Fiscais;
- d) Lançamentos e Arrecadação dos Tributos;
- e) Cobrança Amigável e Judiciária;
- f) Fiscalização;
- g) Anistias, Imunidades e Isenções;
- h) Estudos Econômicos-Tributários;
- i) Atendimento ao Contribuinte;
- j) Sistema e Tecnologia de Informação;
- l) Relações intra e inter-institucionais;
- m) Outras áreas correlatas.

II - Propor e detalhar as iniciativas para o enfrentamento e equacionamento dos problemas identificados, coordenando estudos, levantamentos, elaboração, implantação e o acompanhamento de medidas internas e de projeto de modernização da administração tributária.

Art. 3º A COGEAFI possui a seguinte estrutura:

I – No âmbito das aprovações e decisões finais sobre medidas e ações, o Secretário de Assuntos Jurídicos e o Secretário de Finanças;

II – Um Coordenador de operações, responsável pela análise e propostas de planejamento, implementação de estratégias, criação, coordenação, supervisão e comando de grupos de trabalho e definições de metas e objetivos;

III – Servidores de apoio, responsáveis pelo apoio técnico, assessoria e efetivação das medidas e controle dos trabalhos.

Parágrafo único. A nomeação dos Servidores de Apoio acompanharão o planejamento específico das áreas de atuação conforme sua necessidade.

Art. 4º Os membros que compõem a COGEAFI serão nomeados mediante portaria pelo Secretário de Assuntos Jurídicos e Secretário de Finanças.

Parágrafo único. Os membros da COGEAFI, atendendo os requisitos legais, poderão receber gratificações nos termos do artigo 35 da lei municipal nº 6291/2018.

Art. 5º A COGEAFI se reunirá em caráter ordinário e em caráter extraordinário convocada pelo Coordenador de Operações.

Art. 6º O Coordenador de Operações poderá convidar representantes de outras secretarias, órgãos públicos e de entidades privadas, especialistas e técnicos para participar das reuniões quando da pauta constar tema relacionado às suas áreas de atuação.

Art. 7º A COGEAFI, observadas as disposições legais e ouvido o Secretário de Assuntos Jurídicos e o Secretário de Finanças, poderá recorrer à contratação de serviços de consultoria técnica para realizar tarefas específicas de estudos, levantamentos e pesquisas para apoiar o desenvolvimento das atividades de elaboração e implantação do projeto de modernização da administração tributária.

Art. 8º As Secretarias de Governo e os demais órgãos da Administração Municipal, deverão prestar todo o apoio necessário ao desenvolvimento das atividades da COGEAFI.

Art. 9º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, em 30 de abril de 2021 - 307º Ano da Fundação e 67º da Instalação do Município.

CLÓVIS VOLPI
Prefeito

RANGEL FERREIRA
Secretário de Assuntos Jurídicos

EDUARDO MONTEIRO PACHECO
Secretário de Finanças e Administração

Processo administrativo nº 1830/2021
Publicado no órgão da imprensa oficial